

---

# EDITORIAL DO DOSSIÊ ÉTICA, SABERES E ESCOLA

*Renato José de Oliveira\**

Desde meados dos anos 90 do século passado, a discussão ética tem estado presente em diferentes espaços sociais, entre eles a escola. O Relatório produzido por Jacques Delors para a Unesco, em 1996, por exemplo, ressaltou a importância de se valorizar a dimensão ética no contexto educativo, situando-a como capacidade de compreender o outro em suas especificidades e o mundo em um cenário de profundas mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e sociais.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dos ensinos fundamental e médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) destacaram a importância da ética na formação da criança e do adolescente, tendo em vista o aprimoramento da vida democrática e o exercício consciente da cidadania.

Ao falarmos desses aspectos, uma questão naturalmente se coloca: como os professores se veem diante da necessidade de realizar um trabalho que vai além de ministrar os conteúdos disciplinares previstos? É preciso pensar, sem dúvida, em como conduzir a discussão sobre valores morais, hábitos e formas de comportamento exibidos pelos alunos e o que se deseja mudar em relação a isso.

No bojo desses processos formativos, muitas vezes predominam visões pedagógicas que tomam a infância e a adolescência apenas como fases preparatórias da vida adulta, defendendo a necessidade de moldar a personalidade do educando conforme preceitos e padrões reconhecidos como éticos. Em contrapartida, outras correntes defendem que, na aprendizagem da ética, o envolvimento em situações que possibilitem ao educando praticar ações consideradas virtuosas – ao invés de tão somente fazê-lo ouvir exortações de que é preciso praticá-las –, costuma ser mais efetivo.

Não obstante, o aumento do desemprego, da miséria e da exclusão (econômica, étnico-racial, etc.) e o recrudescimento da violência na cidade, no campo e também no ambiente escolar aliado às práticas de intolerância religiosa e de discriminação sexual têm sido quase diariamente noticiados. Nesse contexto, as diferenças culturais, de valores morais e de opinião inerentes às sociedades democráticas acabam por gerar fanatismos que põem em risco os mais elementares

---

\* Professor Associado II da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma instituição (PPGE/UFRJ). Coordenado do Grupo de Pesquisas Sobre Ética na Educação (GPEE/UFRJ). E-mail: [rj-oliveira1958@uol.com.br](mailto:rj-oliveira1958@uol.com.br)

---

direitos da pessoa humana, como, por exemplo, a preservação da integridade física, o direito de ir e vir, a livre manifestação da crença. Além disso, dá-se o desinteresse pelo bem público, surgindo uma demanda crescente de satisfação das necessidades individuais ligadas ao consumo, ao êxtase e à hipervalorização do corpo como objeto de culto.

Na medida em que os indivíduos assumem ou se deixam levar por esses fatores, passam a ver uns aos outros como competidores que devem ser sobrepujados, convertendo a vida social em barbárie. Esse cenário tem chamado a atenção dos educadores e remete a uma reflexão urgente: afinal, o que está sendo entendido por ação ética e por sujeito ético? Que saberes estão subsidiando as diferentes compreensões de ética? Como a escola e o professor têm se colocado nessa discussão?

Os artigos que compõem o presente número de TEIAS procuram oferecer ao leitor a possibilidade de travar contato com diferentes enfoques e aportes teórico-metodológicos, imprescindíveis para que se tenha uma visão de conjunto matizada pelo pluralismo.

Início, então, esse dossiê com o artigo “A compreensão da ética complexa: desafio para a educação escolar num mundo planetário”, de Celso José Martinazzo e Francini Carla Grzeca, que nos convida a pensar a ética a partir do paradigma da complexidade a partir da abordagem de Edgard Morin. Os autores chamam a atenção para o fato de que a ética complexa emerge da consciência da condição que o homem assume no universo, tendo em vista o conjunto de relações entre o indivíduo, a espécie e a sociedade. Compreendida nesses termos, a ética pode levar os seres humanos a pensar e a agir solidariamente, sendo também necessária, no âmbito da educação, uma profunda reforma do pensamento, pautada na necessidade de civilizar as ideias e assim reorganizar o processo de assimilação e produção do conhecimento, ultrapassando os saberes de natureza fragmentada.

Tarso Bonilha Mazzotti, em “Seria possível ensinar as virtudes políticas (éticas)?”, faz, por sua vez, reflexões importantes acerca do dilema ético moderno, o qual se configura na perspectiva de formar cidadãos autônomos a partir da exigência que respeitem normas heterônomas. Inicialmente, o autor examina a solução oferecida por Hegel para esse dilema, passando, em seguida, a discutir que as justificativas apresentadas para o ensino da ética não podem se configurar em Teologia, como na abordagem hegeliana, nem tampouco buscar suas bases nas ciências. Defende, então, que a incompatibilidade entre autonomia e heteronomia só pode encontrar soluções razoáveis a partir da análise retórica das circunstâncias, das decisões tomadas e das consequências que se originam delas.

---

Em seguida, o leitor terá a oportunidade de se deparar com artigos que refletem a temática deste dossiê com base em pesquisas realizadas, respectivamente, em contextos extraescolares e em contextos escolares. O primeiro deles, “um estudo sobre a formação e a atuação dos educadores sociais em prol do letramento”, de Tais Nascarella Ramos, investigou a prática pedagógica das educadoras que atuam no projeto “Sementinha”, implantado em 2001 em comunidades de baixa renda no município paulista de Santo André. Abordando as temáticas da educação não formal, formação de educadoras leigas e alfabetização letrada, o texto analisa os resultados obtidos a partir da seguinte questão: “até quando o não-formal pode ser considerado um espaço de educação aquém da escola?”. A principal conclusão é a de que o projeto “Sementinha” contribui de modo significativo para a formação letrada das crianças, colaborando assim para o ingresso delas na educação formal. Na medida em que participam de rodas de discussão, essas crianças desenvolvem o pensamento crítico e compreendem melhor a importância de se tornarem cidadãos letrados.

Passando para o âmbito do contexto escolar, o artigo “Sentidos da escola: fazeres, deveres e saberes”, de Paula Almeida de Castro, Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, retrata uma pesquisa de cunho etnográfico realizada com alunos do sexto ano, professores e a diretora de uma escola pública localizada na região do Grande Rio, no estado do Rio de Janeiro. A problemática relativa aos atos de ensinar e de aprender foi discutida com base nas percepções dos participantes. As explicações e análises sobre fazeres, deveres e saberes como elementos para exercício da ação pedagógica foram exploradas visando compreender e dar sentidos a esses processos tanto nas salas de aula quanto no âmbito da escola como um todo. Foi mostrado que o tornar-se aluno ou professor é uma tarefa do processo ensino-aprendizagem que exige dos atores envolvidos uma negociação constante de modo a promover a construção do conhecimento e legitimá-lo frente às expectativas que se impõem aos professores e aos alunos para o desenvolvimento da educação.

Por fim, o artigo produzido pelo grupo de pesquisa coordenado por Renato José de Oliveira, “Ética na Formação de Professores: o olhar do licenciando da UFRJ”, apresenta e discute os resultados obtidos a partir de um questionário aplicado a estudantes de licenciatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O instrumento, constituído por questões abertas e fechadas, teve por objetivo aferir que visão de ética/moral possuem esses futuros professores e como eles pensam que deve ser conduzida a abordagem de questões éticas/morais na escola pública: por meio de um enfoque laico ou de um enfoque confessional. A análise das respostas, feita com base na teoria da argumentação desenvolvida por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca no final da década de 50 do século passado, mostrou que a conceituação de ética/moral feita pela maioria dos

---

licenciandos é pouco aprofundada e que o enfoque laico é apontado majoritariamente como o mais adequado para tratar das questões éticas/morais.

Feitas essas considerações, espero que os textos brevemente apresentados neste dossiê permitam adquirir e aprofundar conhecimentos sobre os problemas que matizam o universo de estudo rico e polêmico aqui focalizado.